



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Maranhão

PORTARIA N. 12/2015

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e **considerando**:

- a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) a competência elencada no art. 6º, VII, b, da Lei Complementar nº 75/93;
- c) a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- d) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- e) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e
- f) o trâmite das Peças de Informação com os seguintes dados:

“Procedimento Preparatório nº: 1.19.000.000792/2014-07

Objeto: Trata-se de procedimento resultante de notícia de fato instaurada a partir de informações prestadas pelo Sr. Agrimar Leite de Lima, de que uma série de irregularidades estariam ocorrendo no processo de desapropriação para fins sociais da Fazenda Flechal, localizada no Município de Santa Luzia/MA (Processo n. 2005.37.00.004657-6).”,

determina a conversão dos presentes autos em Inquérito Civil Público, indicando como diligência a reiteração, pela segunda vez, do que está previsto no despacho de fl. 22.

Publique-se esta Portaria no mural de avisos desta Procuradoria da República, nos termos do que prevê o art. 7, § 2º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Por fim, sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Cumpra-se.

São Luís/MA, 18 de março de 2015.

GALTIÊNIO DA CRUZ PAULINO
Procurador da República